



## Coordenação e paralelismo

### *Coordination and parallelism*

Ana Márcia Martins da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre,  
Rio Grande do Sul / Brasil  
ana.silva@puers.br

**Resumo:** Este artigo apresenta uma revisão de bibliografia sobre o processo de coordenação e sobre as restrições implicadas no encadeamento de determinadas categorias sintáticas. Tais restrições evitam a construção de sequências coordenadas não paralelas. Com o objetivo de chegar a um princípio de paralelismo que seja eficiente para a identificação de estruturas malformadas, o artigo discute os conceitos de coordenação de alguns autores canônicos, como Chomsky (1957),<sup>1</sup> Schachter (1977), Garcia (1986), Radford (1988) e Osborne (2006). A análise de casos extraídos de textos produzidos para disciplinas de língua portuguesa por graduandos dos semestres iniciais e/ou finais de cursos de bacharelado e de licenciatura corrobora o Princípio de Paralelismo – Reformulado (PPR), proposto neste estudo.

**Palavras-chave:** coordenação de estruturas; ausência de paralelismo; Princípio de Paralelismo – Reformulado.

**Abstract:** This paper presents a review of the literature on coordination and on the constraints involved in coordinating certain syntactic categories. Such constraints prevent the construction of non-parallel coordinate sequences. In order to elaborate a principle of parallelism that is efficient for the identification of ill-formed structures, this paper discusses the coordination concepts of some canonical authors, such as Chomsky (1957), Schachter (1977), Garcia (1986), Radford (1988) and Osborne

---

<sup>1</sup> CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton & Co, 1957. Consultado a partir da versão traduzida e comentada por Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção de Linguística)

(2006). The analysis of cases extracted from texts produced for Portuguese language subjects by undergraduates of the initial and / or final semesters of baccalaureate and undergraduate courses corroborates the Principle of Parallelism – Reformulated (PPR), proposed in this study.

**Keywords:** coordination of structures; absence of parallelism; Principle of Parallelism – Reformulated.

Recebido em 23 de julho de 2018

Aceito em 07 de janeiro de 2019

### **Considerações iniciais**

No presente artigo, fazemos uma revisão de bibliografia sobre o processo de coordenação e sobre as restrições implicadas no encadeamento de determinadas categorias sintáticas, que, se não observadas, geram problemas de paralelismo. O objetivo de tal revisão é chegar a um princípio de paralelismo que seja eficiente para a identificação de estruturas consideradas malformadas na norma padrão da língua portuguesa. Discutem-se os conceitos de coordenação de alguns autores canônicos, como Chomsky (1957), Schachter (1977), Garcia (1986), Radford (1988) e Osborne (2006). Assim, na seção 1, apresentamos os conceitos de coordenação de alguns autores canônicos, como Chomsky (1957), Schachter (1977), Garcia (1986), Radford (1988) e Osborne (2006). Na seção 2, discutimos esses conceitos estabelecendo um paralelo entre eles, buscando semelhanças e diferenças para que possamos chegar a um denominador comum, isto é, a um conceito/princípio que seja adequado para a análise dos casos mais comuns de ausência de paralelismo. Nosso intuito com este princípio é incorporar as noções desenvolvidas pela teoria linguística na fundamentação das percepções que dão forma ao que se considera a norma padrão da língua portuguesa escrita no Brasil. Na seção 3, à luz do princípio de paralelismo que formulamos, analisaremos alguns casos coletados em textos produzidos para disciplinas de língua portuguesa por graduandos dos semestres iniciais e/ou finais de cursos de bacharelado e de licenciatura.

## 1 Sobre coordenação e paralelismo

### 1.1 Chomsky (1957)

Em *Estruturas Sintáticas* (1957), Chomsky apresenta a coordenação como “um dos processos mais produtivos para a formação de novas sentenças” (p. 48) e afirma que apenas constituintes que pertençam à mesma categoria sintática podem ser coordenados. Com os exemplos em (1a,b) e (2), demonstra tais afirmações.

- (1) a. the scene – of the movie – was in Chicago  
[a cena – do filme – foi em Chicago]  
b. the scene – of the play – was in Chicago  
[a cena – da peça – foi em Chicago]
- (2) the scene – of the movie and the play – was in Chicago  
[a cena – do filme e da peça – foi em Chicago]

Neste caso, “do filme” e “da peça” são dois SPs, consistindo, portanto, em constituintes pertencentes à mesma categoria sintática. Estruturas como as de (3a,b), porém, não podem ser coordenadas em (4).

- (3) a. the scene – of the movie – was in Chicago  
[a cena – do filme – foi em Chicago]  
b. the scene – that I wrote – was in Chicago  
[a cena – que eu escrevi – foi em Chicago]
- (4) \* the scene – of the movie and that I wrote – was in Chicago  
[\*a cena – do filme e que eu escrevi – foi em Chicago]

Observamos claramente que os constituintes de (3a,b) coordenados em (4) não pertencem à mesma categoria sintática, já que (3a) é um SP e (3b), uma oração relativa. Para que se evitem construções como (4), o autor propõe uma regra simplificada para a coordenação.

- (5) Regra: Se  $S_1$  e  $S_2$  são sentenças gramaticais, e  $S_1$  difere de  $S_2$  apenas pelo fato de  $S_1$  possuir  $X$  onde  $S_2$  possui  $Y$  (isto é,  $S_1 = \dots X \dots$  e  $S_2 = \dots Y \dots$ ), e  $X$  e  $Y$  forem constituintes do mesmo tipo em  $S_1$  e  $S_2$ , respectivamente, então  $S_3$  é uma sentença, em que  $S_3$  é o resultado da substituição de  $X$  por  $X + e + Y$  em  $S_1$  (isto é,  $S_3 = \dots X + e + Y \dots$ )

A aplicação de tal regra pressupõe, então, que a coordenação de duas sentenças é possível se houver apenas uma posição em que elas diferem, e se os constituintes que preenchem essa posição são da mesma categoria sintática. Mas não basta a mera identidade de categoria sintática: a coordenação, segundo Chomsky (1957), também depende de as duas sequências coordenadas terem a mesma “história derivacional”. Para exemplificar essa propriedade, adaptamos, em (6a,b,c,d,e), os exemplos em português dados por Othero e Menuzzi (2015, p. 52) na tradução comentada de Chomsky (1957).

- (6) a. Maria abraçou o irmão de Joana.  
 b. Maria abraçou o irmão de Paula.  
 c. Maria abraçou o irmão de manhã.  
 d. Maria abraçou o irmão de Joana e de Paula.  
 e. \* Maria abraçou o irmão de Joana e de manhã.

A coordenação dos constituintes em (6d) é possível porque são ambos derivados como “irmãos” do núcleo, ou seja, ambos são introduzidos pela regra  $SN \rightarrow \text{det } N \text{ SP}$ ; já (6e) é inaceitável porque a “história derivacional” de “de manhã” é diferente, isto é, o SP é introduzido por outra regra, qual seja,  $SV \rightarrow V \text{ SN } \text{ SP}$ . Isso confirma que, além de serem do mesmo tipo – *de Joana*, *de Paula* e *de manhã* são todos SPs –, para que a coordenação seja licenciada, os constituintes também têm de ter “a mesma história derivacional” – o que, no modelo de Chomsky (1957) grosseiramente equivale a “pertencer à mesma função sintática”, isto é, ocupar a mesma posição estrutural.

Nos casos de (2) e de (4), a possibilidade de coordenação (2) ou não (4) é evidente e comprovável. Segundo o autor, no entanto, há alguns casos que nos causam estranheza, como *John enjoyed and my friend liked the play* [João adorou e meu amigo gostou (d)a peça], porque a coordenação ultrapassa os limites dos constituintes (o primeiro verbo fica sem seu complemento, que aparece apenas depois do segundo). Sugere, então, a seguinte descrição:

[...] para formar sentenças perfeitamente gramaticais por meio de coordenação, é necessário conectar constituintes simples; se conectamos pares de constituintes, e estes são constituintes importantes (isto é, que estão numa posição mais alta no diagrama), a sentenças serão semigramaticais; quanto mais profundamente a coordenação violar a estrutura de constituintes, menos gramatical será a estrutura resultante. Esta descrição requer que generalizemos a dicotomia gramatical/agramatical, desenvolvendo a noção de graus de gramaticalidade. (CHOMSKY, 1957, nota 2, p. 49 da versão traduzida e comentada por OTHERO e MENUZZI, 2015)

Essa noção de “graus de gramaticalidade” é importante para verificarmos a possibilidade de aceitação<sup>2</sup> ou não de determinadas estruturas coordenadas, como as de (7a,b), que, embora encontradas na produção escrita de brasileiros de nível superior de escolarização, são geralmente caracterizadas como não recomendadas pela norma padrão (ver, por exemplo, a discussão de Othon Garcia abaixo).

- (7) a. ?? A melhor maneira para que isso ocorra com grande sucesso seria o educador escolher um bom conteúdo, e que seja bem trabalhado, bem lido.
- b. ?? Estudavam-se as semelhanças e diferenças entre os sons dos fonemas e como eles se adaptavam para diferenciar palavras com escritas similares.

---

<sup>2</sup> É importante destacar que, em 1957, Chomsky não havia ainda discutido/conceituado “gramaticalidade” e “aceitabilidade”, mas já acenava para a distinção entre elas com a indicação dos “graus de gramaticalidade”. Somente em Chomsky, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965. (Consultado na versão traduzida por José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado – Editor, Sucessor, 1978.), tais termos foram conceituados: “A aceitabilidade é um conceito que pertence ao estudo da performance, enquanto que a gramaticalidade pertence ao estudo da competência” (p. 92). Neste artigo, no entanto, é inevitável que acabemos fazendo referência à aceitação ou não pelo falante nativo de determinadas estruturas malformadas, uma vez que pretendemos guiar o estudo pelo viés normativo – isto é, definir as condições que regem o que se tem considerado como as estruturas recomendadas pela norma padrão do português escrito no Brasil. Isso torna necessário que o falante perceba a diferença entre a estrutura que ele “aceita” como “boa” e aquela que é considerada adequada do ponto de vista da norma.

Tanto em (7a) quanto em (7b), as estruturas coordenadas pertencem a categorias sintáticas diferentes, respectivamente, SN + relativa e SN + WH. No caso de (7a), na verdade, a relativa não está sendo coordenada com o SN como um todo, já que ela é modificadora de N e está, portanto, dentro do SN. Antes o falante tentou coordená-la com o adjetivo *bom* – mas é claro que sem muito sucesso porque *bom* e a relativa não estão lado a lado, e a frase acaba coordenando seqüências que não são paralelas em nenhum sentido: [bom conteúdo] e [que seja bem trabalhado]. Embora, para um olhar menos acurado, ambas as sentenças possam não parecer agramaticais, já que não soam como “ruins”, (7b),<sup>3</sup> em que a relativa livre pode ser interpretada como um NP (a forma como eles [...]), parece ser melhor que (7a), porque apresenta uma estrutura muito comum na variante culta do PB.<sup>4</sup> E sua larga utilização

<sup>3</sup> Um dos pareceristas sugere que, por serem SN e WH complementos de “Estudavam-se” (na verdade, constituem o sujeito do verbo, o que é corroborado, inclusive, pela concordância) e por terem, portanto, o mesmo status argumental, a coordenação seria permitida. Nosso estudo, porém, destaca que a correspondência de função não é, como os outros casos aqui discutidos deixam claro, a única condição para coordenação: há também identidade de categoria, de função semântica, etc. No caso particular, viola-se a condição de identidade de categoria, a admitir-se a análise superficial das estruturas. (É verdade que uma relativa livre pode, em princípio, ser concebida como SN cujo N núcleo está elíptico, mas essa análise precisa de argumentação para ser sustentada.) Outros exemplos parecem dar suporte à percepção de pouca naturalidade – de má formação – contida no juízo normativo dessas estruturas (por exemplo, “O juiz determinou uma multa de R\$ 1.000,00 e quando ela deveria ser paga”).

<sup>4</sup> Em rápida pesquisa no Google, com a entrada “\* e como”, encontramos 767.000.000 resultados, dos quais filtramos, das cinco primeiras páginas, os que seguem.

Insônia? Dificuldade para dormir? Veja **efeitos e como conseguir ...**

[https://www.gazetaonline.com.br/bem\\_estar\\_e\\_saude](https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/Bem_Estar_e_Saude) › Bem Estar e Saúde

Primeiros passos – Para as famílias – Central de Segurança – Google

<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/safetycenter/families/start/>

Como pai ou responsável, você sabe o que é bom **para sua família e como** seus filhos aprendem melhor.

Como funciona?: UNIC Rio – Centro de Informação das Nações ...

[unicrio.org.br/conheca-a-onu/como-funciona/](http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/como-funciona/)

... melhorar as condições de vida das crianças, dos jovens e das mulheres; Discutir assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e direitos humanos; Decidir as contribuições **dos Estados-Membros e como**

na língua é um indício de que esses “graus de gramaticalidade” podem ser corroborados a partir da análise da frequência com que ocorrem e do nível de escolarização em que são produzidos.

Schachter (1977), cujo trabalho apresentamos na próxima seção, expande o princípio de que apenas constituintes que pertençam à mesma categoria sintática podem ser coordenados. Acrescenta a ele também a função semântica, como poderemos ver a seguir.

## 1.2 Schachter (1977)

Schachter (1977) acrescenta à restrição para coordenação de constituintes estabelecida por Chomsky (1957) a função *semântica*, chamando tal reelaboração de *Coördinate Constituent Constraint* (CCC).<sup>5</sup> O CCC, então, indica que “os constituintes de uma construção coordenada devem pertencer à mesma categoria sintática e ter a mesma função semântica” (SCHACHTER, 1977, p. 90). Não faz referência, no entanto, ao fato de que tais constituintes devem pertencer à mesma função *sintática*. De qualquer forma, essa restrição ajuda-nos a identificar como malformada a coordenação em (8).

- (8) ??Os poetas do Mal do Século consumiam [álcool, drogas e prostitutas].

---

estas contribuições devem ser gastas; Eleger os novos Secretários-Gerais da Organização.

Já cadastrou a biometria para as eleições? Veja **prazos e como fazer** ...

<https://www1.folha.uol.com.br/.../ja-cadastrou-a-biometria-para-as-eleicoes-veja-prazo...>

**Grêmio, Inter, Primeira Liga e como será** a disputa em 2018 | GaúchaZH

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/.../gremio-inter-primeira-liga-e-como-sera-a-disputa-e...>

Rosely Sayão: “Educar é apresentar a vida e não dizer como viver ...

[www.cartaeducacao.com.br](http://www.cartaeducacao.com.br) > Entrevistas

22 de jun de 2016 - CE: No seu livro, a senhora fala em crise da **autoridade dos pais e como** isso tem dificultado a relação deles com os filhos.

<sup>5</sup> Este trabalho manterá a denominação dos processos descritos pelos autores de língua inglesa em inglês.

Em (8), todos os elementos coordenados pertencem à mesma categoria sintática (SN), mas não têm a mesma função semântica, já que “álcool e drogas” são produtos químicos, mas “prostitutas” não. (É importante deixar claro aqui que, no enunciado original, não se tratava de uma tentativa de obter algum efeito de sentido por meio de linguagem figurada, o que poderia tornar tal frase perfeitamente aceitável; isso remete, portanto, aos “graus de gramaticalidade” evidenciados por Chomsky (1957)). É fundamental, então, que se considere também a identidade de função semântica como exigência para a boa formação de uma estrutura coordenada, mas não apenas ela.

Segundo o autor, estruturas coordenadas como em (9) e (10) não podem ser consideradas agramaticais por motivos semânticos, e sim pelos sintáticos. Assim, a agramaticalidade depende de fatores tanto sintáticos quanto semânticos.

(9) \*Running<sup>6</sup> and to overeat may be unhealthy.

[\*corrida e comer demais podem ser pouco saudáveis]

(10) To run and to overeat may be unhealthy.

[correr e comer demais pode ser pouco saudável]

Schachter (1977) considera, no entanto, que nem tudo o que pode ser classificado como uma função semântica é, de fato, relevante para a restrição de coordenação. Assim, aquelas funções que são relevantes têm de ser especificadas, o que ele exemplifica com as estruturas em (11) e (12), indicando que a implementação de CCC exige uma espécie de hierarquia de funções semânticas.

---

<sup>6</sup> Essa é a forma que a gramática inglesa costuma chamar de “gerúndio”. Mas trata-se de uma forma que não tem exatamente a mesma distribuição, e, portanto, interpretação, que o gerúndio em português. Neste trabalho, traduzimos *running* como “corrida” para que a diferença de categoria sintática ficasse mais evidente ao leitor. No inglês, o gerúndio pode ser usado como indicador de tempo progressivo (i), como equivalente ao nosso infinitivo (ii) e à certa nominalização do português (iii).

(i) John was running in the park this morning. [João estava correndo no parque esta manhã]

(ii) John wants to start running next season. [João quer começar a correr na próxima estação]

(iii) John’s running is weird. [O (modo de) correr de João é estranho]

(11) \*John met Mary on a blind date and in 1968.

[\*João encontrou Maria em um encontro às escuras e em 1968]

(12) How and when did John meet Mary?

[como e quando João encontrou Maria?]

A agramaticalidade de (11) reside no fato de que não é possível coordenar uma expressão de modo (*em um encontro às escuras*) com uma de tempo (*em 1968*), porque não contemplam tal hierarquia. Já em (12) o autor afirma que não há agramaticalidade porque “prevalece a função semântica partilhada pelos pronomes interrogativos, qual seja a obtenção de uma resposta, e não a função que os distingue” (p. 91) – o fato de uma ser expressão de modo e a outra, de tempo. Mas pode-se levantar dúvidas, no entanto, quanto a esta última observação, já que estruturas como a de (13) não nos parecem bem formadas.

(13) ?? O que e como João comprou no Natal?

Também em (13) temos dois WH, o que licenciaria a coordenação. Para Schachter (1977), o fato de que ambos sejam WH – e que isso conta como uma “mesma função” – é o que permite que sejam coordenados em (12). Mas, se “ser WH” é uma “função” suficiente para satisfazer o “paralelismo de função” exigido pela coordenação, (13) deveria ser “boa” também. Em todo caso, o problema com (13) pode ser simplesmente a ausência de um contexto próprio, mas o fato de a estrutura parecer malformada dá indícios de que a afirmação de Schachter sobre a prevalência da função semântica dos pronomes interrogativos deve ser verificada a partir de um estudo mais aprofundado sobre quais estruturas WH podem ser coordenadas.

Schachter acrescenta ainda à sua teoria o fator pragmático, embora não o denomine dessa forma, quando indica que há alguns casos de estruturas coordenadas questionáveis ou agramaticais que o CCC não cobre. Em (14), apresentamos um desses casos.

(14) \*Mary makes very little money and all her own clothes.

[\*Mary faz pouco dinheiro e todas as suas roupas]

“Pouco dinheiro” e “todas as suas roupas” são dois SNs, adequados, portanto, como complementos do verbo “fazer”, o que parece contemplar CCC. No entanto, a frase não parece boa, e isso se dá porque foram coordenados complementos para acepções diferentes de “fazer”, respectivamente “ganhar” e “manufaturar (costurar)”. Assim, também o contexto de uso deve ser levado em consideração.

Em *Comunicação em prosa moderna*, apresentado na seção 1.3 abaixo, Garcia (1986) descreve-nos a coordenação seguindo os pressupostos de Chomsky (1957). Assim como Schachter (1977), ele amplia o princípio de que *apenas constituintes que pertençam à mesma categoria sintática podem ser coordenados*, acrescentando que a estrutura interna dos constituintes também deve ser paralela.

### 1.3 Garcia (1986)

Sobre **coordenação, correlação e paralelismo**, Garcia afirma que

[...] é justo presumir que quaisquer elementos da frase – sejam orações sejam termos delas –, coordenados entre si, devam – em princípio pelo menos – apresentar estrutura gramatical idêntica, pois – como, aliás, ensina a gramática de Chomsky – não se podem coordenar frases que não comportem constituintes do mesmo tipo. Em outras palavras: a ideias similares deve corresponder forma verbal similar. Isso é o que costuma chamar de *paralelismo* ou simetria de construção. (p. 28)

Quanto ao **paralelismo**, o autor ressalva que não deve ser considerado como uma norma rígida nem pode ou deve ser levado à risca, pois são as tradições da língua que a moldam. Serve, no entanto, como “uma diretriz, mas diretriz extremamente eficaz”, que auxilia a evitar “construções incorretas, algumas, inadequadas, outras” (p. 28-9). Em (15a,b), trazemos dois dos exemplos de construções incorretas dados por Garcia e sua sugestão para corrigi-las.

- (15) a. “Estamos ameaçados de um livro *terrível* e *que pode lançar* o desespero nas fileiras literárias.”  
 a’. Estamos ameaçados de um livro *que é terrível* e *(que) pode lançar...*  
 a’’. Estamos ameaçados de um livro *terrível* e *capaz de lançar...*

- b. Não saí de casa *por estar chovendo* e *porque era* ponto facultativo.
- b'. Não saí de casa *por estar chovendo* e *por ser* ponto facultativo.
- b''. Não saí de casa *porque estava chovendo* e (*porque*) era ponto facultativo.

Tanto (15a) quanto (15b) coordenam estruturas gramaticais que não são idênticas, respectivamente, os dois adjuntos de *livro – terrível e que pode lançar* – que correspondem a um adjetivo e a uma oração relativa, e as duas orações subordinadas da principal *Não saí de casa – por estar chovendo e porque era* ponto facultativo, uma reduzida e a outra desenvolvida. As estruturas de (15a',a'') e de (15b',b'') são sugeridas pelo autor como preferíveis às anteriores porque parecem, “do ponto de vista estilístico”, mais aceitáveis. Ele considera, no entanto, que (15a) e (15b) são “sintaticamente inatacáveis”, ou seja, assume que, pelo menos em alguns casos, a coordenação de categorias diferentes não é necessariamente malformada do ponto de vista da sintaxe. Corroborar, portanto, a afirmação de Chomsky (1957) sobre os “graus de gramaticalidade”.

Garcia sugere ainda que, com a adoção do processo correlativo aditivo (*não só... mas também*), “o paralelismo seria ainda mais recomendável” (p. 29). É o caso da redação de (16a,b).

- (16) a. Não saí de casa *não só porque estava chovendo mas também porque era* ponto facultativo.
- b. Não saí de casa *não só por estar chovendo mas também por ser* ponto facultativo.

O autor discute mais casos de ausência de paralelismo (ver Garcia 1986, seção 1.4.5 do capítulo 1), chegando à seguinte conclusão:

Em suma: o que se deduz dessas observações a respeito de coordenação e paralelismo pode ser consubstanciado neste princípio (que Chomsky subscreveria): não se podem coordenar duas ou mais orações, ou termos delas, que não comportem constituintes do mesmo tipo, **que não tenham a mesma estrutura interna** e a mesma função gramatical. (p. 34 – grifos nossos)

O trecho grifado é a ampliação do princípio de Chomsky (1957), que não contempla a restrição de “mesma estrutura interna” para

constituintes coordenados. Com base especialmente nas análises que fez em (15b), Garcia afirma que Chomsky “subscreveria” tal restrição. Não sabemos se Chomsky subscreveria ou não, mas concordamos com o fato de que sentenças como (17a) não parecem bem formadas. Nela coordenam-se dois SPs com estruturas internas diferentes: P + oração infinitiva e P + SN. Seguindo o princípio de Garcia, sugerimos que estruturas como (17a) sejam consideradas como “não recomendadas”, e estruturas como (17b) como bem formadas.

- (17) a. ?? Alguns não gostam de ler por pertencerem a classes sociais inferiores ou por falta de interesse.  
 b. Alguns não gostam de ler por pertencerem a classes sociais inferiores ou por não terem interesse.

Assim como Schachter (1977) e Garcia (1986), Radford (1988), em seu *Transformational Grammar: a first course* (1988), revisado na seção 1.4 a seguir, também nos traz princípios baseados nas indicações de Chomsky (1957): os princípios intitulados *Ordinary Coordination* (OC) e *Shared Constituent Coordination* (SCC), sendo que o último autoriza a coordenação de sequências que compartilham um constituinte, e não de constituintes de uma mesma sequência.

#### 1.4 Radford (1988)

Como mencionamos, Radford (1988) apresenta os seguintes princípios para a coordenação:

- (18) Apenas categorias idênticas podem ser coordenadas (*Ordinary Coordination*).  
 (19) Coordenação de constituinte compartilhado só é possível quando a sequência compartilhada é um possível constituinte de cada uma das sequências coordenadas (*Shared Constituent Coordination*).

Os princípios em (18) e (19) se encontram entre os processos utilizados pelo autor para testar se um conjunto de palavras em uma sentença é um constituinte – o que permite, também, identificar a categoria sintática de um constituinte. Esses dois princípios permitirão analisar estruturas coordenadas em que não haja paralelismo, como as em (20) e (21), utilizadas pelo autor.

(20) \*John rang up his mother and up his sister.

[João ligou para sua mãe e (para) sua irmã]

(21) \*John wrote a letter and to Fred.

[\*João escreveu uma carta e para Fred]

Em inglês, a agramaticalidade de (20) consiste no fato de que *up his sister* não é um constituinte, uma vez que *up* faz parte do verbo – *ring up*. A coordenação, portanto, não é permitida, já que só pode se dar entre constituintes. É importante salientar que, em *ring up*, a partícula *up* é parte de um *Phrasal Verb* (combinação de um verbo com uma preposição ou um advérbio) e não recebe tradução direta em português (por exemplo, não poderia ser traduzida literalmente por “para cima” ou expressão semelhante). No entanto, os verbos “telefonar” ou “ligar” – tradução, nesse contexto, para *ring up* – regem a preposição “para”. Nesse caso, embora similar à estrutura inglesa em (20) com *up* duplicado, a tradução de (20) com *para* duplicada não seria agramatical em português – precisamente porque, em português, *para* forma um SP com o NP que o segue, diferentemente de *up* em (20).

Já quanto a (21), é agramatical tanto em inglês quanto em PB, porque *a letter* e *to Fred*, embora sejam dois constituintes, pertencem a categorias sintáticas diferentes.

Em (22) a seguir, demonstramos, com frases do português, os princípios de (18) e (19).

(22) a. *Corruptos e políticos* não diferem muito.

b. João gosta *de sua mãe e de sua esposa*.

c. Paulo ligou e João cantou *para Maria*.

d. ??O João concordou, mas o Pedro discordou do que Maria disse.

Em (22a,b), as frases são gramaticais porque a coordenação se dá entre dois SNs (22a) e entre dois SPs (22b), constituindo o que Radford chama de OC. Em (22c,d), encontramos exemplos para (19), ou seja, para a SCC de Radford: (22c) traz uma pequena violação da exigência de paralelismo semântico, mas as condições sintáticas (paralelismo de categorias e de funções sintáticas) são satisfeitas; (22d), no entanto, não satisfaz as condições de SCC.

Como menciona Radford, o compartilhamento em (22c) é mais conhecido na literatura como *Right Node Raising* (p. 77). A nosso ver, (22c) é aceitável, embora não seja perfeita – possivelmente por razões semânticas, como sugerimos antes; é uma estrutura para a qual talvez seja preciso considerar os “graus de gramaticalidade” postulados por Chomsky (1957) para acomodar sua boa formação.

Já em (22d), “concordar” e “discordar”, embora sejam “verbos paralelos” semanticamente, regem SPs com preposições diferentes: “concordar com” e “discordar de”, impedindo, em tese, que “do que Maria disse”, possa ser um constituinte compartilhado. Por outro lado, podemos dizer que, ainda que não corresponda exatamente à regência esperada pela sequência mais distante, um constituinte pode ser compartilhado entre duas sequências se os termos regentes nas sequências coordenadas forem “semanticamente paralelos”. Dessa forma, a sentença é considerada malformada do ponto de vista da tradição gramatical, ponto de vista que encontra respaldo nas condições formuladas por Radford. Este caso é semelhante ao apresentado por Chomsky (1957) – *John enjoyed and my friend liked the play* [João adorou e meu amigo gostou (d)a peça] – que, lembramos uma vez mais, ele utiliza para introduzir a ideia de “graus de gramaticalidade”.

Radford (p. 155) levanta ainda uma questão que desestabiliza a indicação de que apenas constituintes de mesma categoria sintática podem ser coordenados. Exemplificamos em (23), com frases do PB, essa “desestabilização” da regra.

- (23) a. Neymar é um jogador profissional e extremamente rico.  
 b. Temer está calado e com medo do impeachment.  
 c. Marcelo é caridoso e de boa paz.

A gramaticalidade de tais sentenças, segundo o autor, consiste no fato de que constituintes usados predicativamente (complementos de verbos como “ser”) carregam uma supercategoria, apresentada como [+PRD]. Esse é o caso de (23a,b,c) porque, respectivamente, [SN + SADJ], [SADJ + SP] e [SN + SP] são predicativos de “Neymar”, “Temer” e “Marcelo”, argumentos externos das sentenças.

Destacamos também, no estudo de Radford (p.190), a discussão sobre a coordenação entre complementos e adjuntos. Com os exemplos em (24a,b) e (25), o autor demonstra a possibilidade, ou não, de tal coordenação.

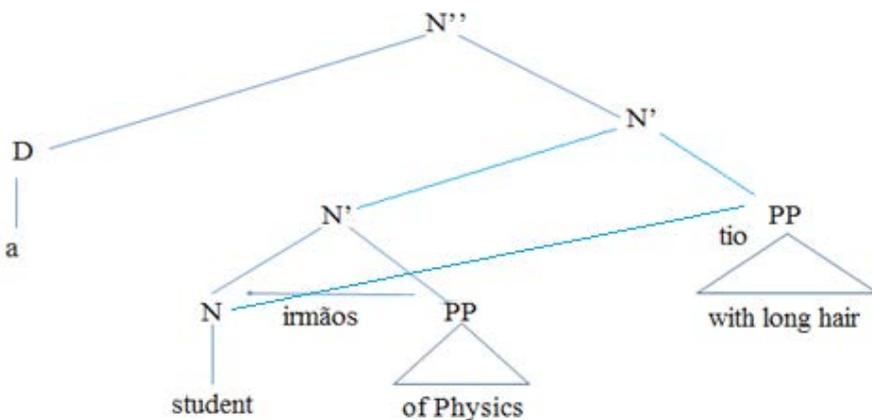
- (24) a. a student [of Physics] and [of Chemistry]  
 [um estudante de física e de química]  
 b. a student [with a long hair] and [with short arms]  
 [um estudante com cabelo longo e com braços curtos]

Em (24a), “de física” e “de química” são complementos, porque há uma relação óbvia entre eles e “estudar” – estudar física e estudar química; já em (24b) “cabelos longos” e “braços curtos” não têm relação direta com “estudar” – “\*estudar cabelo longo” e “\*estudar braços curtos”. Tanto em (24a) quanto em (24b), as estruturas são representadas por SPs, mas não permitem a construção de (25).

- (25) \*a student [of Physics] and [with long hair]  
 [\*um estudante de física e com longo cabelo]

Para o autor, tal impedimento ocorre porque complementos e adjuntos estão em níveis diferentes na estrutura: complementos são anexados ao nível de N, isto é, são “irmãos” de N; adjuntos, ao nível de N’, sendo irmãos do N’ inferior e “tios” de N<sup>7</sup>. É o que podemos ver em (26), na adaptação do exemplo dado por Radford (1988, p. 192).

(26)



<sup>7</sup> Radford utiliza *sisters* e *aunt*, mas modificamos o gênero dos substantivos para concordar com “complemento” e “adjunto”, que são palavras masculinas.

Além disso, a diferença entre complementos e adjuntos também se estabelece a partir das “Restrições de Coocorrência” (RADFORD, 1988, p. 192), o que significa dizer que os complementos SP subcategorizam a preposição que os introduzirá, não permitindo a coordenação com um SP introduzido por outra preposição. Assim, em (26), encontramos restrições entre o Nome (*student*) e seu “irmão”, o complemento SP (*of Physics*), mas não entre *student* e seu “tio”, adjunto SP (*with a long hair*). Por isso, *of Physics* e *with a long hair* não podem ser coordenados.

Dessa forma, complementos e adjuntos são semelhantes porque são ambos filhos de N-barra, mas diferem entre si porque complementos são “irmãos” de N e adjuntos são “irmãos” de N-barra. Em resumo, para Radford, complementos e adjuntos não podem ser coordenados entre si por razões estruturais (estão em combinações com o núcleo que são de níveis diferentes) e por consequências dessas razões estruturais (em termos de restrições de coocorrência).

Outro aspecto trazido pelo autor (ver RADFORD, 1988, capítulo 7, seção 7.10) trata das relações temáticas. Ele argumenta que as funções temáticas nos permitem descobrir, entre alguns tipos de construções, semelhanças e diferenças que não são visíveis em sua estrutura. As restrições temáticas podem, por exemplo, ser utilizadas para evitar construções coordenadas malformadas, como a de (27).

(27) ?? *John and a hammer broke the window.*

A malformação de (27) pode ser reconhecida, segundo Radford, a partir da restrição levantada por Fillmore (1968), qual seja, somente constituintes com a mesma função temática podem ser coordenados, o que indica um caso da exigência de paralelismo semântico. No caso de (27), *John* é agente, e *a hammer*, instrumento; por isso, a gramaticalidade da sentença é questionável, mesmo que seu sujeito seja composto por dois SNs. Podemos, na verdade, ver a exigência de que os constituintes coordenados compartilhem o mesmo papel temático como uma manifestação particular da condição que exige paralelismo de função semântica, como o já estabelecido por Schachter (1977) em CCC.

Osborne (2006), revisado na seção 1.5 abaixo, demonstra que também não constituintes podem ser coordenados. Seus estudos partem

da Gramática da Dependência (DG),<sup>8</sup> e é por meio dela que construirá um princípio de paralelismo, o *Parallelism Requirement* (PR),<sup>9</sup> introduzindo alguns requisitos básicos para a construção de estruturas paralelas.

### 1.5 Osborne (2006)

Osborne discute em “Parallel Conjuncts” (2006) o que ele chama de “aspecto misterioso da coordenação”: quais termos de uma estrutura coordenada devem ser paralelos? Segundo ele, “às vezes parece que as sequências coordenadas devem ser completamente paralelas” (p. 64). Os dados utilizados para estudar esse aspecto vêm do inglês e do alemão, mas nos ateremos apenas aos do inglês. Suas indagações partem de exemplos como o de (28a,b).

- (28) a. *Fred sent [a letter to Sue] and [a package to Jane] yesterday.*  
Fred enviou [uma carta para Sue] e [um pacote para Jane] ontem.
- b. \**Fred sent [a letter to Sue] and [a package] yesterday.*  
\*Fred enviou [uma carta para Sue] e [um pacote] ontem.

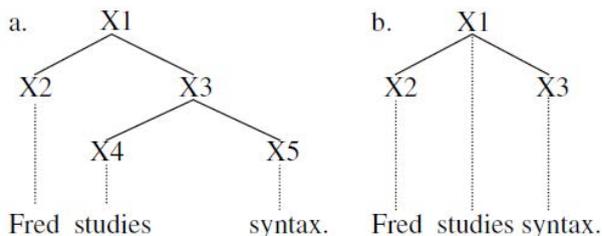
Para tentar resolver o “mistério”, o autor apresenta o que ele chama de *Parallelism Requirement*, baseando suas explicações na DG, “Dependency Grammar”. A diferença fundamental entre a DG e uma gramática de estrutura de constituintes reside no fato de que a DG mantém uma relação “mãe-filho” estrita entre os nós da estrutura e nós terminais – cada nó na hierarquia corresponde exatamente a um nó terminal, isto é, a uma palavra. Ou seja: há uma relação de identidade entre constituintes e seus núcleos. Nas estruturas de constituintes usuais, as árvores expressam relações de parte-todo, em que o número de nós da estrutura excede o número de palavras – ou seja, núcleos de constituintes são partes dele, e não identificados com eles. As árvores de (29) abaixo demonstram essa distinção.

---

<sup>8</sup> Sigla em inglês para *Dependency Grammar*.

<sup>9</sup> Sigla em inglês para *Parallelism Requirement*.

(29)



(29a) é a árvore que representa a estrutura da *Constituent Grammar* (CG), e (29b), a da DG. Fica, assim, visível a diferença entre as duas: em (29a), são cinco nós para três palavras e, em (29b), três nós para três palavras. Na verdade, Osborne demonstra que é possível formular as condições sobre a coordenação também nas gramáticas de estrutura de constituintes, mas defende que as DGs são mais “econômicas” – ponto que não será discutido aqui.

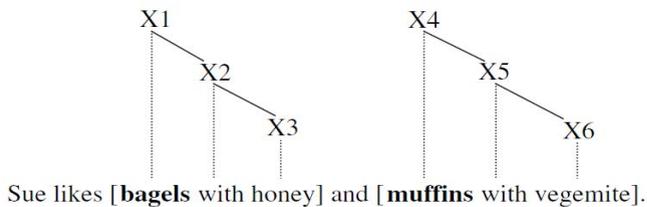
Osborne define coordenação como um mecanismo que interrompe a produção de uma sequência para repetir a estrutura dessa sequência recém-produzida; quando a coordenação está terminada, a sequência original é retomada de onde parou. Não há na DG, portanto, os níveis de projeção que caracterizam a descrição de estruturas sintáticas na CG. Em (30), está o esquema com o qual o autor representa essa definição.

(30) *Fred sent [a letter to Sue] yesterday.*  
*and [a package to Jane]*  
 Fred enviou [uma carta para Sue] ontem.  
 e [um pacote para Jane]

A sequência original é interrompida depois de *Sue* e a estrutura que corresponde a *a letter to Sue* é reproduzida com outras palavras, isto é, com *a package to Jane*; então, a sequência original é restabelecida para que se complete. O que se observa em (30), no entanto, é que não se está coordenando um constituinte único, já que *a letter* e *to Sue*, assim como *a package* e *to Jane* são, respectivamente, um SN e um SP independentes (isto é o SP não é subordinado ao SN), o que demanda entender como Osborne explica este tipo de estrutura – já que nenhum dos autores anteriores trata desses casos.

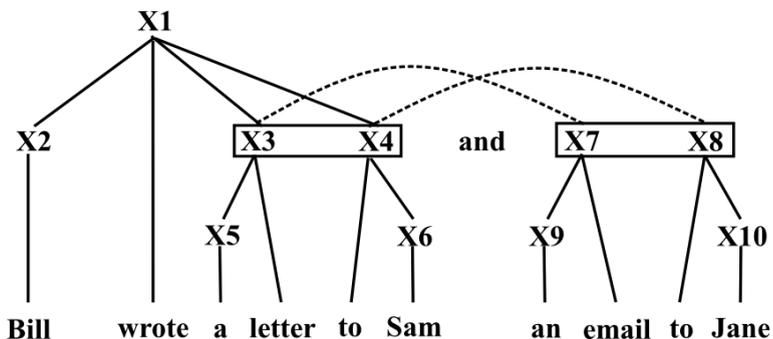
Segundo o autor, as seqüências de uma estrutura coordenada são organizadas hierarquicamente; então, em cada uma há *peelo menos um* nó (e não um e apenas um) que é supremo, que pode ser chamado de “raiz”. Essa “raiz” é definida, a partir de Hudson (1988, p. 323 *apud* OSBORNE, 2006, p. 75), como um nó em uma seqüência que não é imediatamente dominado por qualquer outro nó nessa seqüência e que domina todos os demais nós da seqüência. (31) ilustra essa definição em uma árvore da DG com uma estrutura canônica, isto é, em que a seqüência em questão corresponde a um único constituinte com outro subordinado.

(31)



As raízes aparecem em negrito. O nexos *and* fica em uma posição neutra entre as seqüências coordenadas, as quais apresentam estrutura hierárquica. Nesse caso, *bagels* (X1) e *muffins* (X2), dois (núcleos de) SNs, são as “raízes” das respectivas seqüências. Há casos, entretanto, em que pode haver mais de uma raiz, quando não apenas um nó domina todas as palavras da seqüência, o que explica, segundo Osborne, a coordenação em (32).

(32)



Nesse caso, *letter* e *to* são as raízes da primeira sequência enquanto *email* e *to* são as da segunda, e cada raiz é conectada com sua paralela por uma linha pontilhada. A possibilidade de coordenação em (32) indica que, nos termos da DG, é preciso admitir a coordenação de sequências que possuam mais de uma raiz.

A partir desses estudos e constatações, Osborne (2006) formula o conjunto de requisitos incorporados ao seu PR:

*Parallelism Requirement* (PR): As sequências de uma coordenação devem ser paralelas em dois aspectos<sup>10</sup>:

1. Com respeito ao número de raízes em cada conjunto, e
2. Com respeito às funções sintáticas que as raízes suportam em relação ao nó núcleo que compartilham. (p. 77)

O primeiro princípio determina que a agramaticalidade acontece se uma raiz aparece em uma sequência e não tem paralelo na outra sequência. Voltando à sentença de (28a,b), reproduzida em (33a,b), o autor demonstra essa ausência de paralelismo.

- (33) a. Fred sent [a **letter to Sue**] and [a **package to Jane**] yesterday.  
 Fred enviou [uma carta para Sue] e [um pacote para Jane] ontem.
- b. \*Fred sent [a **letter to Sue**] and [a **package**] yesterday.  
 \*Fred enviou [uma carta para Sue] e [um pacote] ontem

As palavras em negrito correspondem às raízes dos termos coordenados, o que permite perceber a violação de PR em (33b), já que a segunda sequência não apresenta paralelo com uma das raízes da

<sup>10</sup> O PR original de Osborne considera apenas as situações que ele chama de “non-gapping” (“sem supressão”) para excluir certas estruturas que, no inglês, não são aceitáveis, como no exemplo a seguir.

- (i) \*Bill [bought] an old car and [fixed].  
 \*Bill [comprou] um carro velho e [consertou].
- (ii) Bill [bought] and [fixed] an old car.

(i) não é uma sentença gramatical em inglês porque o elemento compartilhado deve aparecer depois das sequências coordenadas. Embora, pela norma padrão, a sentença correspondente também deva ser considerada mal formada, em PB falado tais estruturas são aceitas, em função dos chamados “objetos nulos”. Por razões de espaço, não trataremos dessas situações aqui.

primeira. Na representação de (34), fica claro que a raiz *to* da primeira sequência não tem correspondente na segunda.

(34) \*Frend sent [a **letter** [to Sue]] and [a **package** [Ø]] yesterday.

Em (35a,b), ilustra-se o que determina o segundo princípio de PR, isto é, que as raízes das sequências coordenadas devem exercer as mesmas funções sintáticas. (35a) traz uma sentença em que os elementos em negrito exercem a mesma função sintática, embora, aparentemente, pareçam não exercer, e (35b), uma sentença que não apresenta funções sintáticas paralelas.

(35) a. John is [**conservative**] and [a good **Republican**].

b. \*John met [**conservative**] and [a good **Republican**].

(35a) é aceitável porque tanto *conservative* quanto *a good Republican* são predicativos (o verbo é *to be*), o que não viola o segundo princípio de PR. Já (35b) viola esse princípio porque a forma verbal *met* rege SN objeto direto, e a primeira sequência não apresenta um SN, mas um SAdj. (35a) é a mesma situação caracterizada por Radford (1988) como a supercategoria [+PRD], que exemplificamos com frases do PB, em (23), e reproduzimos em (36).

(36) a. Neymar é um jogador profissional e extremamente rico.

b. Temer está calado e com medo do impeachment.

c. Marcelo é caridoso e de boa paz.

Em resumo, Osborne (2006) reconhece que – contrariamente ao que parece sugerido pelos vários autores discutidos anteriormente – é possível coordenar sequências que *não são constituintes*, desde que tenham o mesmo número de “raízes” e desde que essas raízes sejam “paralelas” quanto à função gramatical. De qualquer forma, pode-se encontrar uma aproximação entre o PR de Osborne e a SSC do Radford (1988), já que ambos são formulados para dar conta de casos em que o que se coordena não é “um constituinte”. O PR de Osborne parece ter um caráter mais abrangente, porque captura as condições de coordenação em geral, seja de um ou de mais de um constituinte, enquanto a SSC de Radford é uma restrição separada da condição geral de coordenação (OC). Ou seja, Radford explica a coordenação por meio de dois princípios, OC e SSC, e Osborne por meio de um princípio apenas, o PR.

## 2 Ponto de (des)encontro

Nesta seção, apresentaremos, por meio do Quadro 1, um resumo das ideias defendidas pelos autores discutidos na seção 1. No Quadro 2, traçaremos um paralelo entre os autores para demonstrar a ocorrência, ou não, em seus estudos, dos termos/expressões fundamentais para a compreensão dos processos de coordenação e paralelismo. Nosso objetivo é elaborar um princípio que aproxime as definições e que seja capaz de cobrir todos os casos discutidos acima; esse princípio servirá, então, para analisarmos os casos de problemas de coordenação que coletamos em textos acadêmicos de graduação.

### 2.1 Resumo das ideias

QUADRO 1 – Resumo da revisão de bibliografia

Autor	Coordenação & Paralelismo
Chomsky (1957)	Apenas constituintes do mesmo tipo podem ser coordenados.
Schachter (1977)	Os constituintes de uma construção coordenada devem pertencer à mesma categoria sintática e ter a mesma função semântica, obedecendo à hierarquia do paralelismo semântico. Termos coordenados devem estar subordinados a um mesmo núcleo.
Garcia (1986)	Não se podem coordenar duas ou mais orações, ou termos delas, que não comportem constituintes do mesmo tipo, que não tenham a mesma estrutura interna e a mesma função gramatical.
Radford (1988)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apenas categorias idênticas podem ser coordenadas (<i>Ordinary Coordination</i>).</li> <li>2. Coordenação de constituinte compartilhado só é possível onde a sequência compartilhada é um possível constituinte de cada um dos termos coordenados (<i>Shared Constituent Coordination</i>).</li> </ol>
Osborne (2006)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Parallelism Requirement</i> (PR): As sequências de coordenação devem ser paralelas em dois aspectos:               <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Com respeito ao número de raízes em cada sequência, e</li> <li>1.2 Com respeito às funções sintáticas que as raízes suportam em relação ao nó núcleo que compartilham.</li> </ol> </li> </ol>

Fonte: A autora

Em uma primeira visão dos conceitos apresentados no Quadro 1, podemos observar que dos cinco autores estudados, apenas Osborne (2006) não leva em consideração a noção de constituinte para descrever a coordenação de estruturas paralelas, o que acontece porque a teoria que sustenta sua tese é a DG. Ainda assim, o seu PR também traz a restrição de mesma função sintática para as sequências coordenadas. Schachter (1977), Garcia (1986) e Radford (1988) utilizam-se da CG, razão pela qual suas definições se assemelham e/ou se complementam.

QUADRO 2 – Recorrência de termos/expressões fundamentais para a compreensão dos processos de coordenação e paralelismo na bibliografia utilizada

Termos/expressões	CHOM	SCHA	GAR	RAD	OSB
Agramaticalidade/ agramatical / semigramatical	X	X		X	X
Constituinte	X	X	X	X	X
Constituintes do mesmo tipo	X		X	X	
Coordenação /estrutura coordenada / sequências coordenadas	X	X	X	X	X
Estruturas de constituintes/ estrutura sintática	X	X	X	X	X
Gramaticalidade	X		X	X	
Hierarquia	X	X			X
Mesma categoria sintática / categoria idêntica	X	X		X	
Mesma função sintática			X		X
Paralelismo/estruturas paralela(s)/ termos paralelo(s)	X		X		X
Questionável/inaceitável/ inadequada	X	X	X		X

Fonte: A autora

O Quadro 2 nos permite perceber que todos os autores da bibliografia revisada contribuem para o estudo de casos de coordenação de estruturas paralelas. Chomsky (1957) é, sem dúvida nenhuma, fundamental para esse estudo porque, a partir dele, foi possível aprimorar a análise de coordenação de constituintes. E o trabalho de Osborne (2006) permite analisar e explicar os casos de coordenação de não constituintes.

## 2.2 Princípio de Coordenação e Paralelismo

Nosso princípio tomará como base as restrições que apareceram nos autores estudados, reorganizadas de forma a contemplar os casos mais recorrentes coletados pela autora. Chamaremos a redação final desse princípio de *Princípio de Paralelismo – Reformulado* (PPR). Em (37a,b), trazemos a forma final do princípio a ser utilizado para análise de casos de ausência de paralelismo.

### (37) *Princípio do Paralelismo – Reformulado* (PPR)

Só poderão ser coordenados

- a. constituintes que (i) pertençam à mesma categoria sintática; (ii) exerçam a mesma função semântica, obedecendo à hierarquia de paralelismo semântico; (iii) exerçam a mesma função sintática (iv) contemplem a supercategoria [+PRD] se forem de categorias diferentes; (v) tenham a mesma estrutura interna; **e/ou** (vi) permitam o compartilhamento de uma sequência, que deverá aparecer fora dos termos coordenados; **ou**
- b. sequências (i) que obedeçam ao paralelismo em relação ao número de raízes de cada sequência e (ii) em que as raízes que têm correspondência entre si exerçam a mesma função sintática em relação ao nó núcleo.

Nas estruturas coordenadas de (38), (40) e (41), podemos pôr em julgamento a validade de (37).

- (38) ?? Somos obrigados [a um trabalho humilhante] e [a receber salários baixos.]

Os termos coordenados *a um trabalho humilhante* e *a receber salários baixos* contemplam (37ai, aii), já que pertencem à mesma categoria sintática (SPs) e exercem a mesma função semântica (alvo). Não violam (37aiii) nem (37aiv) porque exercem a mesma função sintática e não constituem um caso de predicação; mas a sua estrutura interna não é paralela, pois coordena um SN e uma oração infinitiva, o que viola (37av). (37avi) também não se aplica a (38), pois não há compartilhamento de constituintes. E, como se trata de coordenação de constituintes, a restrição de (37b) é descartada. Dessa forma, o PPR

foi violado em pelo menos um dos seus aspectos, o que torna (38) uma construção questionável, ainda que possa ser ocasionalmente aceitável. Melhor seria tornar os constituintes coordenados paralelos, como em (39a,b), em que se coordenam, respectivamente, dois SNs e duas orações infinitivas, não violando, assim, o PPR.

- (39) a. Somos obrigados [a trabalho humilhante] e [a salários baixos.]  
 b. Somos obrigados [a trabalhar de forma humilhante] e [a receber salários baixos.]

(40a) apresenta um caso de compartilhamento de constituinte que não contempla (37avi), restrição que será observada em (40b).

- (40) a. ?? O João permaneceu, e o Paulo saiu, [da sala] sem trocaram uma palavra.  
 b. O João entrou, e o Paulo saiu, [da sala] sem trocaram uma palavra.  
 c. O João permaneceu na sala, e o Paulo saiu, sem trocaram uma palavra.

Em (40a), *da sala* não pode ser um constituinte compartilhado por *permaneceu* e *saiu* porque cada verbo, neste contexto, rege uma preposição diferente: “permanecer em” e “sair de”. Além disso, não são semanticamente paralelos, uma vez que o primeiro não é um verbo de movimento e o segundo é. Já em (40b), apesar de *entrar* e *sair* também regerem preposições diferentes (*em* e *de*, respectivamente), são verbos semanticamente paralelos, porque ambos indicam movimento. A sentença soa natural para nós e possivelmente para os falantes de PB, mas pelos ditames tradicionais de exigência de paralelismo de regência, expressos pela SSC de Radford (1988), deveria ser considerada malformada na norma padrão escrita – aliás, como (22d) acima. A sentença de (40c), propõe uma redação em que o elemento compartilhado aparece na primeira oração, ficando subentendido na segunda, quando se pode supor que estará acompanhado da preposição adequada, a exigida por “sair”, correspondendo ao que afirmamos sobre (22d).

A fim de acomodar os juízos que indicam a aceitabilidade de (22d), (40b) e (40c) na língua falada, poderíamos dizer que um constituinte pode ser compartilhado entre duas sequências se os termos

regentes nas sequências coordenadas forem “semanticamente paralelos”, no sentido que *concordar/discordar*, ou *entrar/sair* são “semanticamente paralelos”. Mas, reiteramos, as estruturas resultantes violam o ditame tradicional de paralelismo de regência.

Em (41a,b), aplicamos (37b) a uma sequência coordenada entre elementos que não são constituintes.

- (41) a. João trouxe [uma fantasia para Maria] e [uma máscara para ele].  
 b. \*João trouxe [uma fantasia para Maria] e [uma máscara].

(41a) não viola (37bi,ii) porque as raízes *fantasia* e *máscara* são paralelas e exercem a mesma função sintática (núcleos de SNs), assim como *para (Maria)*, que se repete em *para (ele)* (núcleo de SPs), em relação à forma verbal *trouxe*. Já (41b) viola (37bi) porque não há uma estrutura paralela a *para Maria* na segunda sequência coordenada, ou seja, a raiz *para* não tem correspondente na segunda sequência.

Parece-nos, pela análise de (38), (40a,b,c) e (41a,b), que o PPR pode ser eficiente para a identificação de estruturas coordenadas malformadas. Na seção 3, a seguir, procuraremos analisar as sequências coordenadas extraídas de textos acadêmicos de graduação.

### 3 Estudo de casos a partir de PPR

Como, entre as sequências coletadas, há exemplos de coordenação por meio de conectivos (os mais variados), de correlativas e de enumerações com vírgula, optamos por delimitar os exemplos analisados neste trabalho, utilizando apenas as sequências coordenadas por “e” e “ou”. Iniciemos pelo seguinte caso:

- (42) ??Com a revolução industrial, [**estabeleceu-se a corrida entre as grandes potências mundiais**] e [**incluindo os países emergentes**] pela busca do poderio econômico.

A sequência em (42) viola (37ai) porque as orações ligadas por “e” não pertencem à mesma categoria sintática: *estabeleceu-se a corrida entre as grandes potências mundiais* é uma oração finita e *incluindo os países emergentes* é uma gerundiva adjunta que exerce a função de SAdj. Isso indica que elas não exercem a mesma função sintática, violando

*também* (37aiii). A melhor redação para a sentença seria a eliminação do “e” já que, na verdade, não há coordenação entre as orações, mas subordinação. Observemos as paráfrases em (43a,b).

- (43) a. Com a revolução industrial, [**estabeleceu-se a corrida entre as grandes potências mundiais, [incluindo os países emergentes], pela busca do poderio econômico**].
- b. Com a revolução industrial, [**estabeleceu-se a corrida entre as grandes potências mundiais, [que incluem os países emergentes], pela busca do poderio econômico**].

Em (43a), houve a eliminação do “e” e o acréscimo de vírgulas para isolar a gerundiva, que tem valor explicativo. Em (43b), mantiveram-se as vírgulas e a gerundiva foi substituída pela relativa. Em ambos os casos, de qualquer forma, para efeitos de paralelismo, não há possibilidade da permanência do “e”.

Em (44), temos um caso de coordenação por “ou” que também não obedece ao PPR.

- (44) ??O aluno de direito procura este curso [**porque já tem contato com uma das áreas de atuação**], [**por ter família no ramo**] ou [**por iniciativa própria**], acreditando ser sua vocação.

As sequências destacadas em (44) levam-nos ao seguinte questionamento: a coordenação (I) é composta de uma enumeração concluída pelo “ou”, ou (II) se faz entre duas sequências apenas – entre a primeira e a última (e a segunda é modificadora da primeira) ou entre as duas últimas? Em qualquer das opções, no entanto, a violação do PPR permanece, já que, em (I), estariam coordenadas três sequências que não pertencem à mesma categoria sintática – 1 oração finita + 2 SPs; em (II), duas sequências da mesma categoria, mas com estrutura interna diferente. Em (45a,b), apresentamos as análises para a opção (II), isto é, para a coordenação de duas sequências apenas.

- (45) a. ??O aluno de direito procura este curso [**porque já tem contato com uma das áreas de atuação, por ter família no ramo,**] ou [**por iniciativa própria**], acreditando ser sua vocação.

- b. ??O aluno de direito procura este curso porque já tem contato com uma das áreas de atuação, [**por ter família no ramo**] ou [**por iniciativa própria**], acreditando ser sua vocação.

Em (45a), *por ter família no ramo* funciona como uma infinitiva explicativa da oração finita *porque já tem contato com uma das áreas de atuação*, fazendo parte, portanto, da primeira sequência coordenada (*porque já tem contato com uma das áreas de atuação, por ter família no ramo*). Neste caso, teríamos a violação de (37ai), porque a coordenação é feita entre uma oração finita e um SP, ou seja, entre constituintes que não pertencem à mesma categoria sintática. Na interpretação de (45b), indicamos que as sequências coordenadas são *por ter família no ramo* e *por iniciativa própria*, ambas pertencentes à mesma categoria sintática (SP), mas com estruturas internas diferentes, o que viola (37av): na primeira sequência, temos P + Infinitiva – *por ter família no ramo* – e, na segunda, P + SN – *por iniciativa própria*.

A partir dessa análise, podemos sugerir as redações em (46a,b) como uma forma para tornar as sequências coordenadas de (44) mais bem estruturadas. Isso não significa, no entanto, que estas sejam as únicas versões possíveis.

- (46) a. O aluno de direito procura este curso [**porque já tem contato com uma das áreas de atuação, por ter família no ramo,**] ou [**porque escolheu essa profissão**], acreditando ser sua vocação.  
 b. O aluno de direito procura este curso porque já tem contato com uma das áreas de atuação, [**por ter família no ramo**] ou [**por querer ser um advogado**], acreditando ser sua vocação.

Em (47), temos novamente a violação de (37ai), desta vez com a coordenação de um SN com uma oração WH – embora exerçam a mesma função sintática, qual seja a de argumento interno de *entender*.

- (47) ??Dessa forma o aluno acaba não conhecendo a essência da sintaxe, que é entender [**o funcionamento da língua**] e [**como utilizar palavras adequadas nas diversas situações da língua em uso**].

É possível restabelecer o PPR se transformarmos o WH em SN. Tal modificação geraria a versão em (48).

- (48) Dessa forma o aluno acaba não conhecendo a essência da sintaxe, que é entender [**o funcionamento da língua**] e [*a utilização das palavras adequadas nas diversas situações da língua em uso*].

Em (49), não temos um caso de malformação, embora a sequência coordenada seja formada por um SP e um SAdj, o que determinaria a violação de (37ai). O que determina a gramaticalidade da sentença é que tanto o SAdj quanto o SP têm valor predicativo, configurando a supercategoria [+PRD] de Radford. Nas paráfrases de (50a,b,c), podemos verificar as estruturas que licenciam essa supercategoria.

- (49) As pessoas estão indo às ruas, [**tensas**], [**com medo**] e [**assustadas de não conseguir voltar para casa.**]
- (50) a. As pessoas estão (indo às ruas) tensas.  
 b. As pessoas estão (indo às ruas) com medo.  
 c. As pessoas estão (indo às ruas) assustadas de não conseguir voltar para casa.

A sentença em (51) viola (37ai) e (37aii), já que coordena um SAdv e um SP que não obedecem à hierarquia do paralelismo semântico porque expressam, respectivamente, lugar e modo. Para corrigi-la, melhor seria eliminar a coordenação, mantendo o SP de modo como um elemento isolado do SAdv de lugar, conforme (52).

- (51) ?? [**Já lá dentro**] e [**de coração partido**], o moço mostrou as fotografias nos jazigos.
- (52) [**Já lá dentro**], [**de coração partido**], o moço mostrou as fotografias nos jazigos.

Em (53), embora tenhamos a coordenação de dois SNs internos ao SP, o que contempla (37av), há a violação de (37aii) porque cada um deles exerce uma função semântica diferente: *uma semana* (tempo) e *exaustivas buscas* (modo). Neste caso, a eliminação da coordenação

permitiria a gramaticalidade da sentença. Assim, os dois SNs seriam transformados em apenas um, gerando a redação em (54).

(53) ??Após [uma semana] e [exaustivas buscas], encontraram a vítima morta em um terreno na zona rural da cidade.

(54) Após [uma semana *de* exaustivas buscas], encontraram a vítima morta em um terreno na zona rural da cidade.

As sequências coordenadas em (55), apesar de aparentarem estar malformadas, não o estão, pelo PPR. Coordenam-se um SAdv – *melhor* – com um SN – *um bom cidadão*, que são categorias diferentes, violando, portanto, (37ai). No entanto, como em (49), essas sequências exercem a função sintática de predicativo, o que contempla (37aiv), ou seja, a supercategoria [+PRD].<sup>11</sup>

(55) A sociedade dá muito valor à ilusão de que quem tem mais é [melhor] e [um bom cidadão].

As sequências *de forma justa* e *diariamente*, em (56), pertencem a categorias sintáticas diferentes – um SP e um SAdv –, não obedecendo, portanto, a (37ai). Mas não apenas essa restrição do PPR é violada, também (37aii) não tem sua exigência atendida: o SAdv e o SP não exercem a mesma função semântica, uma vez que o primeiro indica modo, e o segundo indica tempo. Neste caso, o PPR é duplamente violado.

(56) ??Procuo exercer [de forma justa] e [diariamente] o meu papel de cidadão.

As paráfrases de (57) apresentam sugestões para a reorganização da sentença, todas com eliminação da coordenação.

<sup>11</sup> Embora (55) contemple a supercategoria [+PRD] descrita por Radford (1988) e, de certa forma, corroborada por Osborne (2006), seu grau de aceitabilidade parece-nos muito baixo, sugerindo que esses casos de coordenação de predicativos, para que sejam totalmente aceitos, devem também ser semanticamente paralelos.

- (57) a. Procuo exercer [**de forma justa**], [**diariamente**], o meu papel de cidadão.
- b. Procuo exercer [**diariamente**], [**de forma justa**], o meu papel de cidadão.
- c. [**Diariamente**] procuo exercer o meu papel de cidadão [**de forma justa**].

(58) parece ser um caso de hipercorreção, já que, provavelmente, seu autor tentou coordenar adequadamente duas orações iniciadas por “que”. A análise da sentença nos mostra, na verdade, a coordenação de um SN e de uma oração finita, e não de duas orações finitas. O verbo “buscar” subcategoriza um complemento causativo, que pode ser um SN ou uma oração (finita ou infinitiva). Assim, seu complemento é composto por um SN – *soluções que não prejudiquem ninguém* – e por uma oração finita – *que todos sejam felizes*, caracterizando a violação de (37ai). A oração relativa *que não prejudiquem ninguém*, então, faz parte do SN encabeçado por *soluções*, construção sintática não observada na coordenação das sequências.

- (58) ??Sempre procuo buscar [**soluções que não prejudiquem ninguém**] e [**que todos sejam felizes**].

Apresentamos, em (59a,b), duas possíveis correções para (58), mais uma vez eliminando a coordenação entre as sequências que exercem funções sintáticas diferentes.

- (59) a. Sempre procuo buscar [**soluções que não prejudiquem ninguém**], [**a fim de que todos sejam felizes**].
- b. Sempre procuo buscar, [**com soluções que não prejudiquem ninguém**], [**que todos sejam felizes**].

(60) traz a coordenação entre dois SNs, portanto entre sequências que pertencem à mesma categoria sintática, mas que, do ponto de vista da restrição semântica (37a<sub>ii</sub>), são aparentemente incompatíveis, já que *correto* e *intragável* não são antônimos. São subcategorizados pelo SN *discernimento*, que pressupõe escolha entre opostos. É fato que *intragável* tem valor negativo, mas não necessariamente se opõe a *correto*. Em (61a,b), sugerimos duas formas para restaurar o paralelismo semântico.

(60) ??É preciso discernimento entre [**o correto**] e [**o intragável**].

(61) a. É preciso discernimento entre [**o correto**] e [**o incorreto**].

b. É preciso discernimento entre [**o tragável**] e [**o intragável**].

*Possível e para todos*, em (62), respectivamente um SAdj e um SP, modificadores do N *felicidade*, constituem categorias sintáticas diferentes, exercendo funções semânticas também diferentes – modificador modal e meta, respectivamente. Assim, não contemplam a restrição (37ai) nem a (37aii) do PPR. Em (63a,b), apresentamos sugestões para a reorganização da sentença.

(62) ??A teoria do utilitarismo fala sobre a ação que contém a maior quantidade de felicidade [**possível**] e [**para todos**].

(63) a. A teoria do utilitarismo fala sobre a ação que contém a maior quantidade de felicidade [**para todos**].

b. A teoria do utilitarismo fala sobre a ação que contém a maior quantidade de felicidade possível [**para todos**].

Em (63a), como acreditamos que o SN *a maior quantidade de felicidade* já implica que essa felicidade seja *possível*, eliminamos o SAdj. Em (63b), mantivemos *possível*, mas o separamos do SP *para todos*. Nos dois casos, eliminamos a coordenação.

(64) traz a coordenação de dois SPs, o que contempla (37ai); mas estes SPs não obedecem à hierarquia do paralelismo semântico (37aii). Embora *nas escolas infantis* e *nos adolescentes* pertençam à mesma categoria sintática e exerçam a mesma função sintática (Adjuntos adverbiais), o primeiro é um locativo e o segundo, alvo. Em (65a,b), sugerimos formas de resgatar o PPR.

(64) ??O conceito de cidadania vem sendo aplicado [**nas escolas infantis**] e [**nos adolescentes**].

(65) a. O conceito de cidadania vem sendo aplicado [**nas escolas infantis**] e [**nas de ensino básico**].

b. O conceito de cidadania vem sendo aplicado [às crianças] e [**aos adolescentes**].

## Considerações finais

Os 12 exemplos analisados na seção precedente a partir do PPR permitem-nos chegar a algumas conclusões sobre os casos recorrentes de ausência de paralelismo. No Quadro 3, apresentamos o resumo dessa análise.

QUADRO 3 – Resumo do estudo de casos a partir do PPR

PPR	CASOS											
	42	44	47	49	51	53	55	56	58	60	62	64
Só poderão ser coordenados	X	X	X	(X)	X			X	X		X	
a. Constituintes que	ITENS VIOLADOS											
(i) pertençam à mesma categoria sintática;	X	X	X	(X)	X			X	X		X	
(ii) exerçam a mesma função semântica, obedecendo à hierarquia de paralelismo semântico;					X	X		X		X	X	X
(iii) exerçam a mesma função sintática;	X											
(iv) contemplem a supercategoria [+PRD] se forem de categorias diferentes;												
(v) tenham a mesma estrutura interna; <b>e/ou</b>		X										
(vi) permitam o compartilhamento de uma sequência, que deverá aparecer fora dos termos coordenados;												
b. sequências que												
(i) obedeçam ao paralelismo em relação ao número de raízes de cada sequência;												
(ii) e exerçam a mesma função sintática em relação ao nó núcleo.												

Fonte: A autora

O Quadro 3 demonstra que a maior parte dos casos de ausência de paralelismo de nossos exemplos se concentra na coordenação de constituintes que ora não pertencem à mesma categoria sintática, ora não exercem a mesma função semântica, não obedecendo à hierarquia de paralelismo semântico. Além disso, podemos observar que cinco sentenças, (42), (44), (51), (56) e (62), violam mais de um item do PPR: (42) – (ai, aiii); (44) – (ai, av); e (51), (56) e (62) – (ai, aii). Cada um dos demais casos, (47), (53), (58), (60) e (64) não contemplam uma das restrições do PPR apenas, respectivamente, (ai), (aii), (ai), (aii) e (aii), havendo uma predominância de sequências coordenadas não semanticamente paralelas – (53), (60) e (64).

Em nossa análise, não apareceram casos de compartilhamento de constituinte por sequências coordenadas nem de coordenação de não constituintes. A supercategoria [+PRD] é contemplada pelas sentenças de (49) e (55), marcadas com (x) porque a violação de (ai) é apenas aparente. No entanto, como ressaltamos na nota 11, as sequências coordenadas de (55) apresentam um menor grau de aceitabilidade por não serem semanticamente paralelas. Por essa razão, optamos por assinalar também as situações de [+PRD] nos itens violados, ainda que não as indiquemos como totalmente inaceitáveis.

Esse estudo de caso sugere algumas conclusões a respeito da ausência de paralelismo em sequências coordenadas e da utilização do PPR para detectá-la e para auxiliar na reorganização dos períodos em que elas se encontram. Em (65), apresentamos essas conclusões.

- (65) i. A maior causa da ausência de paralelismo nas sequências coordenadas analisadas parece ser o não reconhecimento das categorias que compõem a sintaxe da língua bem como da função semântica de cada uma.
- ii. Os casos analisados apontam para uma predominância da coordenação entre constituintes, e para uma baixa incidência da coordenação entre não constituintes.
- iii. Os predicativos coordenados devem também ser semanticamente paralelos.
- iv. O PPR se mostrou adequado para a detecção e resolução da ausência de paralelismo em sequências coordenadas.

Tendo em vista que analisamos apenas algumas situações de coordenação malformada, num conjunto limitado de casos oriundos de um registro escrito formal (o texto escrito por acadêmicos de graduação), não podemos ainda tomar tais conclusões como definitivas. Este estudo serviu, no entanto, como ponto de partida para a descoberta/elaboração de estratégias mais eficazes para o trabalho com a variante culta do PB nas salas de aula de graduação. E, exatamente por ser o “ponto de partida”, não tratamos os nossos exemplos como agramaticais, mas como questionáveis, embora sempre tenhamos sugerido uma forma de reorganizá-los.

### **Agradecimentos**

Este artigo é resultado dos meus estudos de pós-doutoramento sob a supervisão do Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi, cuja cooperação, por meio de precisas observações e sugestões teórico-metodológicas, foi fundamental. Quaisquer imprecisões ou erros ainda remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

### **Referências**

- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton & Co, 1957.
- CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução, introdução, notas e apêndices de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado – Editor, Sucessor, 1978.
- CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*. Tradução e comentários de Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção de Linguística)
- FILLMORE, C. J. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Ed.). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968. p. 1-88.
- GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

HUDSON, R. Coordination and grammatical relations. *Journal of Linguistics*, 24, p. 303-342, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022226700011816>

OSBORNE, Timothy. Parallel conjuncts. *Studia Linguistica*, [S.l.], v. 60, n. 1, p. 64-96, 2006.

RADFORD, Andrew. *Transformational grammar: a first course*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511840425>

SCHACHTER, Paul. Constraints on coördination. *Language*, [S.l.], v. 53, n. 1 p. 86-103, Mar. 1977.